

**Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas**

M2 Participações e Investimentos S.A.

Em 31 de dezembro de 2023
com relatório do auditor independente

M2 Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

Índice

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balanço patrimonial	4
Demonstração dos resultados	6
Demonstração dos resultados abrangente.....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	10

M2 Participações e Investimentos S.A.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora			Consolidado		
		31/12/2023	31/12/2022 reapresentado	01/01/2022 (reapresentado)	31/12/2023	31/12/2022 reapresentado	01/01/2022 (reapresentado)
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	1	3	-	7.894	6.044	6.801
Contas a receber de clientes	6	-	-	-	83.685	62.996	35.433
Adiantamentos	7	-	-	-	2.045	1.686	4.534
Estoques	8	-	-	-	3.210	3.578	3.108
Tributos a recuperar	9	-	-	-	4.162	3.895	2.969
Outros créditos		-	-	-	-	-	136
		1	3	-	100.996	78.199	52.981
Não circulante							
Tributos diferidos	26	-	-	-	13.465	61.568	6.254
Depósitos judiciais		-	-	-	3.207	1.351	-
Outros créditos		-	-	-	-	322	1.239
Investimentos	11	88.380	(29.124)	(153.439)	-	-	-
Imobilizado	12	-	-	-	55.558	35.789	16.320
Intangível		-	-	-	277	1	1
		88.380	(29.124)	(153.439)	72.507	99.031	23.814
Total do ativo		88.381	(29.121)	(153.439)	173.503	177.230	76.795

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

M2 Participações e Investimentos S.A.

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora			Consolidado		
		31/12/2023	31/12/2022 reapresentado	01/01/2022 (reapresentado)	31/12/2023	31/12/2022 reapresentado	01/01/2022 (reapresentado)
Passivo							
Circulante							
Fornecedores	13	-	-	-	10.424	9.796	7.822
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	-	4.306	7.403	5.337
Obrigações trabalhistas e sociais	15	-	-	-	7.345	6.246	5.820
Obrigações tributárias	16	-	-	-	3.489	2.969	2.206
Imposto de renda e contribuição social	26	-	-	-	5.494	6.710	6.710
Parcelamentos tributários	17	-	-	-	7.142	36.961	37.403
Outras contas a pagar	18	-	-	-	4.106	3.023	3.928
		-	-	-	42.305	73.108	69.226
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	-	-	-	3.153
Parcelamentos tributários	17	-	-	-	10.991	88.545	113.718
Partes relacionadas	10	-	12.713	12.713	-	19.162	20.362
Outras contas a pagar	18	-	-	-	21.559	24.193	19.639
Provisão para demandas judiciais	19	-	-	-	10.266	14.056	16.849
		-	12.713	12.713	42.816	145.956	173.721
Patrimônio líquido							
Capital social	20	326.470	119.808	119.808	326.470	119.808	119.808
Adiantamentos para aumento de capital		500	72.050	-	500	72.050	-
Reserva legal		124	124	124	124	124	124
Reservas de lucros		(238.712)	(233.816)	(286.084)	(238.712)	(233.816)	(286.084)
Total do patrimônio líquido atribuível ao controlador		88.381	(41.834)	(166.152)	88.381	(41.834)	(166.152)
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		88.381	(41.834)	(166.152)	88.381	(41.834)	(166.152)
Total passivo e patrimônio líquido		88.381	(29.121)	(153.439)	173.503	177.230	76.795

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

M2 Participações e Investimentos S.A.

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022 (reapresentado)	2023	2022 (reapresentado)
Receita líquida	21	-	-	151.411	156.080
Custos dos serviços prestados	22	-	-	(98.475)	(93.702)
Lucro bruto		-	-	52.936	62.378
Despesas gerais e administrativas	23	(1)	(1)	(49.468)	(49.067)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	-	-	(6.319)	7.770
Resultado de equivalência patrimonial	11	(4.894)	59.611	-	-
Lucro operacional antes dos resultados financeiros		(4.895)	59.610	(2.851)	21.081
Receitas financeiras		-	-	653	600
Despesas financeiras		(2)	(1)	(5.160)	(17.387)
Resultado financeiro, líquido	25	(2)	(1)	(4.507)	(16.787)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(4.897)	59.609	(7.358)	4.295
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	26				
Corrente		-	-	(1.235)	-
Diferido		-	-	3.697	55.314
		-	-	2.462	55.314
Lucro líquido do exercício		(4.897)	59.609	(4.896)	59.609
Resultado atribuível aos acionistas controladores		(4.897)	59.609	(4.896)	59.609
Resultado atribuível aos acionistas não controladores		-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidada

M2 Participações e Investimentos S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022 (reapresentado)	2023	2022 (reapresentado)
Lucro líquido do período	(4.897)	59.609	(4.896)	59.609
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	(4.897)	59.609	(4.896)	59.609
Atribuível a:				
Acionistas controladores	(4.897)	59.609	(4.896)	59.609
Acionistas não controladores	-	-	-	-



As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidada

M2 Participações e Investimentos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro 2021	119.808	-	124	(286.084)	(166.153)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	72.050	-	-	72.050
Resultado do Exercício	-	-	-	59.609	59.609
Reversão da reserva de lucros a realizar	-	-	-	(7.341)	(7.341)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	119.808	72.050	124	(233.816)	(41.834)
Resultado do Exercício	-	-	-	(4.896)	(4.896)
Aumento de Capital	206.662	(71.550)	-	-	135.112
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro 2023	326.470	500	124	(238.712)	88.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidada



M2 Participações e Investimentos S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Controlador		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	(4.601)	59.609	(4.601)	59.609
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas:				
Provisão para créditos de realização duvidosa	-	-	12.571	(15.068)
Perdas efetivas de convênios e particulares	-	-	70	10.200
Equivalência patrimonial	4.599	(59.611)	-	-
Encargos financeiros	-	-	828	1.855
Provisão para demandas judiciais	-	-	(3.790)	(2.793)
Baixa de imobilizado	-	-	544	65
Depreciação e amortização	-	-	2.959	2.216
	(2)	(2)	8.582	56.085
Variação dos ativos e passivos circulantes e não circulantes:				
Contas a receber	-	-	(33.330)	(30.035)
Estoques	-	-	368	(470)
Tributos a recuperar	-	-	(298)	(56.240)
Adiantamentos	-	-	(359)	2.848
Outros ativos	-	-	(1.534)	1.053
Fornecedores	-	-	629	1.972
Obrigações trabalhistas	-	-	1.098	426
Obrigações tributárias	-	-	47.142	763
Parcelamentos tributários	-	-	(107.373)	(25.615)
Outros passivos	-	-	(1.551)	3.649
Impostos de renda e contribuição social pagos	-	-	-	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:	(2)	(2)	(86.626)	(45.564)
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
Aquisição de bens do ativo imobilizado	-	-	(23.263)	(21.751)
Aquisição de intangível	-	-	(286)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(122.398)	5	-	72.050
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento:	(122.398)	5	(23.549)	50.299
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:				
Captações de empréstimos e financiamentos	-	-	-	4.214
Pagamento principal de empréstimos e financiamentos	-	-	(3.171)	(4.677)
Pagamento dos juros de empréstimos e financiamentos	-	-	(755)	(2.479)
Aporte de capital	135.112	-	135.112	-
Partes relacionadas	(12.714)	-	(19.162)	(1.200)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento:	122.398	-	112.024	(4.141)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(2)	3	1.850	594
	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	0	6.044	6.801
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1	3	7.894	6.044

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidada

M2 Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A M2 Participações e Investimentos S.A. ("Companhia" ou "Controladora" e conjuntamente com suas subsidiárias "Grupo") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Cuiabá – Mato Grosso. A Companhia tem como sua finalidade principal e exclusiva de prestação de serviços hospitalares completos e internação, bem como a participação em outras sociedades.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía as seguintes controladas:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Hospital Medicina Especializada S.A. "HME"	100%		100%	

2. Base de preparação e apresentação das principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que contemplam os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades do Grupo, conforme Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 29 de março de 2024.

2.2. Declaração de continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Grupo em continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros e das propriedades para investimento, mensurados pelo valor justo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos contábeis

Na aplicação das políticas contábeis o Grupo para a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

M2 Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das principais políticas contábeis-- Continuação

Os principais elementos patrimoniais que envolvem julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo são os seguintes:

- Nota Explicativa nº 06 - Provisão para perda esperada de crédito e glosas;
- Nota Explicativa nº 14 - Vidas úteis do ativo imobilizado e prazo de amortização dos intangíveis com vidas úteis definidas;
- Nota Explicativa nº 23 - Provisão demandas judiciais e mensuração e risco e valores das contingências passivas de risco possível;
- Nota Explicativa nº 25 - Mensuração da receita de serviços hospitalares incorridos;
- Nota Explicativa nº 30 – Recuperabilidade de ativos fiscais diferidos.

2.5. Base de consolidação

As demonstrações financeiras incluem as informações do Grupo. O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementadas pelos seguintes ajustes:

- As transações significativas realizadas entre as empresas consolidadas são eliminadas;
- Os saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas são eliminados; e
- A participação dos acionistas não controladores é segregada do patrimônio líquido e resultado consolidado.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações contábeis das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras, as mudanças nas participações da Companhia em controladas que não resultem em perda do controle da Companhia sobre as controladas são registradas como transação patrimonial diretamente no patrimônio líquido. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Todas as empresas consolidadas têm o mesmo exercício fiscal e possuem as mesmas políticas contábeis da Controladora.

2.6. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos na data de aquisição e devidos aos então acionistas controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. O valor justo da contraprestação transferida decorrente de troca de ações é determinado utilizando o valor econômico da adquirente calculado pelo método do fluxo de caixa futuro descontado, uma vez que tanto a adquirida como a adquirente não possuem ações negociadas em bolsa.

Em combinação de negócios em que o adquirente e a adquirida (ou seus ex-proprietários) trocam somente participações societárias, o valor justo, na data da aquisição, da participação na adquirida pode ser mensurado com maior confiabilidade que o valor justo da participação societária no adquirente. Se for esse o caso, o adquirente deve determinar o valor da contraprestação a ser transferida utilizando o valor justo, na data da aquisição, da participação societária na adquirida em vez do valor justo da participação societária transferida.

M2 Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das principais políticas contábeis— Continuação

2.6. Combinação de negócios--Continuação

Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos) é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração do resultado do exercício em que ocorre a aquisição.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo, exceto por:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a CPC 32 - Impostos sobre a Renda e CPC 33 - Benefícios aos Empregados.
- Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a CPC 31 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas são mensurados conforme essa norma.

As participações de não controladores que correspondam a participações atuais e confirmam aos seus titulares os direitos a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação poderão ser inicialmente mensurados pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. Outros tipos de participações não controladoras são mensurados pelo valor justo ou, quando aplicável, conforme descrito em outro CPC.

Quando a contrapartida transferida pelo Grupo em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o período de mensuração (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

A contabilização subsequente das variações no valor justo da contrapartida contingente não classificadas como ajustes do período de mensuração depende da forma de classificação da contrapartida contingente. A contrapartida contingente classificada como patrimônio não é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio. Outras contrapartidas contingentes são remensuradas ao valor justo nas datas das demonstrações financeiras subsequentes, e as variações do valor justo são contabilizadas no resultado.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

M2 Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das principais políticas contábeis— Continuação

2.7. Ágio na aquisição de investimentos societários

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável (“*impairment*”). Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente ou em um ano a partir da combinação de negócios a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes. O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente.

O Grupo, conforme estabelecido no CPC 15, faz uso, quando necessário, do expediente relacionado ao período de mensuração da combinação de negócios, onde é estabelecido que, caso uma combinação de negócios esteja incompleta ao término do período de reporte, seja reportado pelo adquirente, em suas demonstrações financeiras, os valores provisórios para os itens cuja contabilização estiver incompleta e, caso sejam identificadas modificações em ativos adquiridos e passivos assumidos, estes sejam ajustados retrospectivamente até o final da data de reporte, desde que atrelados a fatos e circunstâncias existentes à data de aquisição.

2.8. Classificação circulante e não circulante

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de superior a doze meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

M2 Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das principais políticas contábeis-- Continuação

2.8. Classificação circulante e não circulante – Continuação

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.9. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Incluem caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. As aplicações financeiras consideradas de liquidez imediata seguem a mesma política interna e não são mantidos para vencimento e outros fins.

2.10. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

2.11. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. Dada a natureza dos estoques da Companhia, a Administração efetua a baixa dos itens vencidos ou obsoletos.

2.12. Propriedade para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo foi incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. A Companhia adota como prática manter suas propriedades para investimento ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e de eventual provisão para perda por redução ao valor recuperável.

2.13. Imobilizado

Terrenos, edificações, benfeitorias, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. A depreciação dos ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao fim de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do

M2 Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das principais políticas contábeis-- Continuação

2.13. Imobilizado -- Continuação

imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.14. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, que é em média de 20% ao ano.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda.

2.15. Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são reconhecidos inicialmente ao custo e contabilizados subsequentemente com base no método da equivalência patrimonial.

O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação do Grupo no patrimônio líquido a partir da data de aquisição. O ágio relativo é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação do Grupo nos resultados operacionais. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes do Grupo. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio, o Grupo reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre o Grupo e a controlada são eliminados em proporção à participação.

A soma da participação do Grupo nos resultados é apresentada na demonstração do resultado, representando o resultado após os tributos e as participações de não controladores nas controladas.

As demonstrações financeiras são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as do Grupo. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as do Grupo.

M2 Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das principais políticas contábeis-- Continuação

2.15. Investimentos--Continuação

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento do Grupo. O Grupo determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil, e reconhece a perda em "Participação em lucros", na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre o investimento, o Grupo mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

2.16. Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Grupo como arrendatário

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

- Unidade máquinas: 1 a 20 anos
- Veículos automotores e outros equipamentos: 2 a 5 anos

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

M2 Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das principais políticas contábeis-- Continuação

2.16. Arrendamentos--Continuação

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.17. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda

M2 Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das principais políticas contábeis— Continuação

2.17. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada do seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, na medida em que elimina a perda por redução ao valor recuperável que foi reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.

2.18. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como “Resultado financeiro”.

Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo.

Em 31 de dezembro de 2022, os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas eram: Aplicações financeiras, Contas a receber, Outros créditos, Partes relacionadas, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Parcelamentos de tributos, Contas a pagar - aquisição de empresas, Outras contas a pagar e Instrumentos financeiros derivativos os quais foram classificados como “Custo amortizado” ou ao valor justo por meio do resultado.

O Grupo avalia mensalmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros.

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os recebíveis não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os

M2 Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das principais políticas contábeis--Continuação

2.18. Instrumentos financeiros--Continuação

fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 720 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

2.19. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para demandas judiciais

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios

Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Subsequentemente, é mensurado entre o maior valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima (CPC 25) ou o valor inicialmente reconhecido menos, quando for o caso, a amortização acumulada reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita.

M2 Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das principais políticas contábeis— Continuação

2.19. Provisões – Continuação

Garantia de reembolso de contingência - ativo indenizatório

Os reembolsos esperados por outras partes necessários para liquidar uma provisão são reconhecidos somente quando for praticamente certo que o reembolso será recebido. O reembolso é tratado como um ativo separado e não ultrapassa o valor da provisão.

2.20. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas conforme estabelece o CPC 47 e decorrem da prestação de serviços hospitalares, inclusive do uso de medicamentos e materiais hospitalares. A receita é reconhecida no momento da prestação dos serviços médicos, na extensão ou proporção que satisfazer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente, sendo registradas líquidas da expectativa de abatimentos, glosas e descontos comerciais.

As receitas decorrentes de contratos com clientes são reconhecidas por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito, em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente e são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzidas de abatimentos, descontos, impostos correspondentes, glosas e encargos estimados. A Companhia controla os produtos ou serviços antes de transferi-los para o cliente, sendo que o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação de serviços da Companhia fluem para o cliente no momento da prestação dos serviços hospitalares.

Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Convênios, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber.

A Companhia revisa periodicamente suas perdas históricas com glosas e a posição atualizada de clientes e faturas, com o objetivo de estimar adequadamente os valores recuperáveis de seus recebíveis.

Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade do regime contábil da competência.

2.21. Tributos

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O regime de tributação adotado pela Companhia e pelas controladas é pelo lucro real, cuja apuração é efetuada de forma individual por cada empresa do Grupo. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. Algumas controladas apuram o lucro tributável pelo regime de lucro presumido.

Tributos diferidos ativos e passivos

É gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos ativos e passivos--Continuação

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

M2 Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das principais políticas contábeis-- Continuação

2.21. Tributos—Continuação

- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

Quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação e negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados a taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados a mesma entidade tributada e sujeitos a mesma autoridade tributária.

2.22. Distribuição de lucros

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante no grupo "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade. Entretanto, qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. Sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa 24 c.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação, sem efeito no resultado, registrados diretamente no patrimônio líquido.

2.23. Normas emitidas, mas ainda não vigentes.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até o exercício social das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia adotará essas normas novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

M2 Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das principais políticas contábeis-- Continuação

2.23. Normas emitidas, mas ainda não vigentes—Continuação

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Acordos de financiamento de fornecedores – Alteração ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

M2 Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

3. Reapresentação de cifras comparativas - Retificação de erros

A Administração do Grupo no processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023, identificou erros materiais atribuíveis a exercícios anteriores. Como consequência, os saldos relativos aos exercícios de 31 de dezembro de 2022 e 1º de janeiro de 2022, incluídos como informações comparativas destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram alterados/retificados para permitir a comparabilidade e em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Os principais impactos foram os seguintes:

Balço patrimonial 01/01/2021

	Controladora			Consolidado			
	Ref.	01/01/2022 (Originalmente apresentado)	Ajustes	01/01/2022 (Reapresentado)	01/01/2022 (Originalmente apresentado)	Ajustes	01/01/2022 (Reapresentado)
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		0	-	0	6.801	-	6.801
Contas a receber de clientes		-	-	-	17.276	18.158	35.433
Adiantamentos		-	-	-	4.534	-	4.534
Estoques		-	-	-	3.108	-	3.108
Tributos a recuperar		0	-	0	2.969	-	2.969
Outros créditos		-	-	-	136	-	136
		0	-	0	34.824	18.158	52.982
Não circulante							
Tributos diferidos		-	-	-	4.375	1.879	6.254
Depósitos judiciais		-	-	-	-	-	-
Outros créditos		-	-	-	1.239	-	1.239
Investimentos		(165.404)	11.965	(153.439)	-	-	-
Imobilizado		-	-	-	16.320	-	16.320
Intangível		-	-	-	1	-	1
		(165.404)	11.965	(153.439)	21.934	1.879	23.813
Total do ativo		(165.404)	11.965	(153.439)	56.758	20.037	76.795
Passivo							
Circulante							
Fornecedores		-	-	-	7.823	-	7.823
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	5.337	-	5.337
Obrigações trabalhistas e sociais		-	-	-	5.820	-	5.820
Obrigações tributárias		-	-	-	844	1.362	2.206
Imposto de renda e contribuição social		-	-	-	-	6.710	6.710
Parcelamentos tributários		-	-	-	37.403	-	37.403
Outras contas a pagar		-	-	-	3.928	-	3.928
		-	-	-	61.156	8.072	69.228
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	3.153	-	3.153
Parcelamentos tributários		-	-	-	113.718	-	113.718
Partes relacionadas		12.714	-	12.714	20.362	-	20.362
Outras contas a pagar		-	-	-	19.639	-	19.639
Provisão para demandas judiciais		-	-	-	16.849	-	16.849
		12.714	-	12.714	173.720	-	173.720
Patrimônio líquido							
Capital social		119.808	-	119.808	119.808	-	119.808
Adiantamentos para aumento de capital		-	-	-	-	-	-
Reserva legal		124	-	124	124	-	124
Reservas de lucros		(298.049)	11.965	(286.084)	(298.049)	11.965	(286.084)
Total do patrimônio líquido		(178.117)	11.965	(166.153)	(178.117)	11.965	(166.153)
Total passivo e patrimônio líquido		(165.404)	11.965	(153.439)	56.758	20.037	76.795

M2 Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

3. Reapresentação de cifras comparativas - Retificação de erros--Continuação

Demonstração das mutações do patrimônio líquido – 01/01/2022

Eventos	Capital Social	Reserva Legal	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido do Controlador
Saldos em 31 de dezembro de 2020	79.472	124	(271.154)	(191.558)
Adiantamento para futuro aumento de capital	40.336	-	-	40.336
Resultado do exercício	-	-	(26.895)	(26.895)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Originalmente apresentado)	119.808	124	(298.049)	(178.117)
Impactos na reapresentação	-	-	11.965	11.965
Saldos em 31 de dezembro de 2020	79.472	124	(271.154)	(191.558)
Adiantamento para futuro aumento de capital	40.336	-	-	40.336
Resultado do exercício	-	-	(14.931)	(14.931)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	119.808	124	(286.084)	(166.153)

Balanco patrimonial 31/12/2022

	Controladora			Consolidado			
	Ref.	31/12/2022 (Originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2023 (Reapresentado)	31/12/2022 (Originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2023 (Reapresentado)
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		3	-	3	6.044	-	6.044
Contas a receber de clientes		-	-	-	44.838	18.158	62.996
Adiantamentos		-	-	-	1.686	-	1.686
Estoques		-	-	-	3.578	-	3.578
Tributos a recuperar		0	-	0	3.895	-	3.895
Outros créditos		-	-	-	-	-	-
		3	-	3	60.042	18.158	78.199
Não circulante							
Tributos diferidos		-	-	-	58.996	2.572	61.568
Depósitos judiciais		-	-	-	1.351	-	1.351
Outros créditos		-	-	-	322	-	322
Investimentos		(39.744)	10.620	(29.124)	-	-	-
Imobilizado		-	-	-	35.789	-	35.789
Intangível		-	-	-	1	-	1
		(39.744)	10.620	(29.124)	96.459	2.572	99.030
Total do ativo		(39.741)	10.620	(29.121)	156.501	20.729	177.230
Passivo							
Circulante							
Fornecedores		-	-	-	7.759	2.037	9.796
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	7.403	-	7.403
Obrigações trabalhistas e sociais		-	-	-	6.246	-	6.246
Obrigações tributárias		0	-	0	1.607	1.362	2.969
Imposto de renda e contribuição social		-	-	-	-	6.710	6.710
Parcelamentos tributários		-	-	-	36.961	-	36.961
Outras contas a pagar		-	-	-	3.023	-	3.023
		0	-	0	63.000	10.109	73.108
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	-	-	-
Parcelamentos tributários		-	-	-	88.545	-	88.545
Partes relacionadas		12.714	-	12.714	19.162	-	19.162
Outras contas a pagar		-	-	-	24.193	-	24.193
Provisão para demandas judiciais		-	-	-	14.056	-	14.056
		12.714	-	12.714	145.956	-	145.956
Patrimônio líquido							
Capital social		119.808	-	119.808	119.808	-	119.808
Adiantamentos para aumento de capital		72.050	-	72.050	72.050	-	72.050
Reserva legal		124	-	124	124	-	124
Reservas de lucros		(244.436)	10.620	(233.816)	(244.436)	10.620	(233.816)
Total do patrimônio líquido		(52.455)	10.620	(41.834)	(52.455)	10.620	(41.834)
Total passivo e patrimônio líquido		(39.741)	10.620	(29.121)	156.501	20.729	177.230

M2 Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

3. Reapresentação de cifras comparativas - Retificação de erros--Continuação

Demonstração das mutações do patrimônio líquido – 31/12/2022

Eventos	Capital Social	Reserva Legal	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido do Controlador
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Originalmente apresentado)	119.808	124	(298.049)	(178.117)
Adiantamento para futuro aumento de capital	72.050	-	-	72.050
Resultado do exercício	-	-	60.953	60.953
Reversão de reserva de lucros a realizar	-	-	(7.341)	(7.341)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Originalmente apresentado)	191.858	124	(244.436)	(52.455)
Impactos na reapresentação	-	-	(10.620)	(10.620)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	119.808	124	(286.084)	(166.153)
Adiantamento para futuro aumento de capital	72.050	-	-	72.050
Resultado do exercício	-	-	59.609	59.609
Reversão de reserva de lucros a realizar	-	-	(7.341)	(7.341)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	191.858	124	(233.816)	(41.834)

Demonstração do resultado do exercício 31/12/2022

Ref.	Controladora			Consolidado		
	2022 (originalmente apresentado)	Ajustes	2022 (reapresentado)	2022 (originalmente apresentado)	Ajustes	2022 (reapresentado)
Receita líquida	-	-	-	156.080	-	156.080
Custos dos serviços prestados	-	-	-	(91.665)	(2.037)	(93.702)
Lucro bruto	-	-	-	64.415	(2.037)	62.378
Despesas gerais e administrativas	(1)	-	(1)	(49.067)	-	(49.067)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	-	-	7.770	-	7.770
Resultado de equivalência patrimonial	60.956	(1.344)	59.611	-	-	-
Lucro operacional antes dos resultados financeiros	60.954	(1.344)	59.610	23.118	(2.037)	21.081
Receitas financeiras	0	-	0	600	-	600
Despesas financeiras	(1)	-	(1)	(17.387)	-	(17.387)
Resultado financeiro, líquido	(1)	-	(1)	(16.787)	-	(16.787)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	60.953	(1.344)	59.609	6.332	(2.037)	4.295
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-	-	-	-	-
Corrente	-	-	-	-	-	-
Diferido	-	-	-	54.622	-	55.314
Lucro líquido do exercício	60.953	(1.344)	59.609	60.953	(1.344)	59.609

Referência dos ajustes:

- Reconhecimento da produção dos atendimentos médicos realizados e não faturados até 01/01/2022.
- Reconhecimento dos tributos diretos e indiretos, correntes e diferidos, incidentes sobre produção dos atendimentos médicos realizados e não faturados até 01/01/2022.
- Reconhecimento do efeito relacionado aos ajustes mencionados nos itens (a, b, d) nas controladas da Companhia.
- Reconhecimento de serviços relativos a horários médicos executados e não provisionados até 31/12/2022.
- Reclassificação entre contas de resultado de juros sobre financiamentos e juros sobre parcelamento tributário.
- Reclassificação entre contas de outros ativos e outros passivos.

Não houve alteração nas demais peças contábeis.

M2 Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

4. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo expõem a diversos riscos financeiros; incluindo risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

O Grupo segue controle de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos deste controle, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

O controle de gerenciamento de risco do Grupo foi definido pela Diretoria Executiva. Nos termos deste controle, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

a) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. O Grupo adota a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obtenham garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

Por meio de controles internos, a Companhia monitora permanentemente o nível das suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes. A Administração registra perdas esperadas de créditos consideradas prováveis.

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a partir de 2023 o Grupo implementou um comitê para avaliação das provisões considerando (i) o risco jurídico, (ii) o risco financeiro, (iii) o risco de crédito, (iv) o risco do paciente particular, (v) risco operacional, e (vi) o risco temporal da carteira de recebíveis. A alteração visa trazer maior veracidade para as provisões considerando todos os aspectos citados acima. Portanto, o Grupo reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base e avalia, através do comitê, se são necessários ajustes adicionais para que todas as contas a receber reflitam sua real recuperabilidade em cada fechamento, em linha com o CPC 48.

A exposição máxima do risco de crédito da Companhia é representada pelos valores contábeis das contas a receber de R\$ 74.567 (R\$ 62.996 em 31 de dezembro de 2022), conforme nota explicativa 6.

b) Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto ao risco de taxa de juros, uma vez que elas possuem empréstimos tanto com taxas de juros prefixadas como com pós-fixadas. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de um "mix" apropriado de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas.

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, como também sobre as receitas financeiras, oriundas de suas aplicações financeiras. Este risco surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes do CDI, IPCA e variação cambial.

A Companhia tem como indexador financeiro de suas operações a variação do CDI e do IPCA. Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras indexadas ao CDI totalizavam R\$ 373 (R\$3.263 em 31 de dezembro 2022) e os empréstimos totalizavam R\$ 4.793. A Companhia considera o risco de variações da taxa CDI e IPCA como fatores de risco de mercado relevante.

Em 31 de dezembro de 2023, o CDI foi de 6,44%, conforme obtido na B3. Para realização da análise de sensibilidade abaixo, consideramos valorização da ordem de 25% e 50% do CDI acumulado e deste modo, os efeitos no resultado poderiam ser assim observados:

M2 Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

b) Risco de taxa de juros--Continuação

Operação	Base de cálculo	Controladora	
		Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Aplicações indexadas ao CDI	7.746	575	383
Empréstimos indexados ao CDI	(4.306)	(533)	(639)
		93	186

	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Taxa anual do CDI em dezembro de 2023	9,90%	7,43%	4,95%
Variação que impactaria o saldo em ambos os cenários		2,48%	4,95%

c) Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A seguir, posição dos passivos financeiros por vencimento:

31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Até 12 meses*	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	4.306	4.306	-	-	-
Fornecedores	10.425	10.425	-	-	-
Contas a pagar por aquisição de empresas	18.133	3.816	3.378	10.939	-
Outras contas a pagar	25.665	763	3.741	9.252	11.909
31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	Valor contábil	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	7.403	4.594	2.809	-	-
Fornecedores	9.796	7.759	-	-	-
Contas a pagar por aquisição de empresas	125.506	36.961	34.079	52.931	1.535
Outras contas a pagar	27.216	3.023	2.905	6.899	14.389

* Vide informações sobre waiver de determinados contratos de financiamentos bancários na nota 17.

4.2 Gestão de capital

A política da Companhia em manter uma base sólida de capital resulta na confiabilidade dos investidores, credores e mercado, assim como solidifica alicerces para desenvolvimento de negócios futuros.

Ao administrar seu capital, os objetivos da Companhia são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, capaz de promover a otimização dos custos incorridos. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de manutenção de índices financeiros. A Companhia é a controladora do grupo econômico "Grupo Santa" onde as análises para alocação e uso do capital é realizado de forma centralizada visando uma maior eficiência e maior retorno frente às oportunidades de investimentos de cada unidade hospitalar. A administração acompanha não só os quocientes de alavancagem (que é a dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido, acrescida da dívida líquida) de cada unidade como também o comportamento de sua geração de caixa operacional e aging da carteira de recebíveis.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	-	-	10.425	9.796
Empréstimos e financiamentos	-	-	4.306	7.403
Parcelamentos tributários	-	-	18.133	125.506
Partes relacionadas	-	12.714	-	19.162
Outras contas a pagar	-	-	25.665	27.216
(-) Caixa e equivalentes de caixa	1	3	7.894	6.044
	1	12.717	66.423	195.127
Patrimônio líquido	88.381	(41.834)	88.381	(41.834)
Patrimônio e dívida líquida	88.382	(29.118)	154.804	153.293
Quociente de alavancagem	0,00%	-43,67%	42,91%	127%

M2 Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

4.2. Gestão de capital--Continuação

Para atingir esse objetivo geral, a gestão de capital da Companhia, entre outras coisas, visa assegurar que cumpra com os compromissos financeiros associados aos empréstimos e financiamentos que definem os requisitos de estrutura de capital.

As violações no cumprimento dos covenants financeiros permitiriam que o banco requeresse imediatamente a liquidação dos empréstimos e financiamentos. Com relação as cláusulas de restrições - covenants financeiros o Grupo não conseguiu atingir os índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros índices que dão o direito ao credor executar antecipadamente a dívida. Contudo, as respectivas instituições financeiras emitiram formalmente o waiver, acordando em não executar o vencimento antecipado das cédulas de créditos. Não foram efetuadas alterações nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

5. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	0	0	148	2.778
Aplicações financeiras de curto prazo	1	3	7.746	3.266
	1	3	7.894	6.044

As aplicações financeiras possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A carteira de aplicações financeiras possui taxa média de remuneração de 100% (106% em 2022) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
Convênios de assistência	-	-	96.245	57.283
Cientes particulares	-	-	3.470	3.268
Atendimentos não faturados	-	-	-	6.060
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(16.918)	(4.347)
Total contas a receber de clientes	-	-	82.797	62.264
Cartões de créditos	-	-	888	732
	-	-	83.685	62.996

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A Vencer	-	-	55.271	29.698
Vencidos até 30 dias	-	-	3.510	13.318
Vencidos de 31 até 60 dias	-	-	4.272	13.672
Vencidos de 61 até 90 dias	-	-	2.735	9.954
Vencidos de 91 até 180 dias	-	-	5.867	15.054
Vencidos de 181 até 360 dias	-	-	9.933	1.917
Vencidos acima de 361 dias	-	-	36.356	4.724
(-) Glosas e retenções não compensadas	-	-	(20.970)	(20.994)
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(16.918)	(4.347)
	-	-	80.056	62.997

O registro contábil dos valores a receber de clientes é sensibilizado com o risco de perda, controlado pela companhia. A movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é composta da seguinte forma:

M2 Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

6. Contas a receber -- Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	-	-	(4.347)	(19.415)
(+)Provisão de perdas	-	-	(14.978)	(8.645)
(-) Reversão de perdas	-	-	2.408	23.713
(=) Provisão de perdas	-	-	(12.570)	15.067
Saldo final	-	-	(16.917)	(4.348)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Perdas reconhecidas				
Baixa (perdas efetivas)	-	-	(70)	(10.201)
Reversão de baixa (perdas efetivas)	-	-	-	1
(=) Total baixa (perda efetiva)	-	-	(70)	(10.200)

7. Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos Fornecedores de Materiais	-	-	1.407	1.144
Adiantamentos Fornecedores de Serviços	-	-	144	13
Outros Adiantamentos	-	-	10	41
Adiantamentos a funcionários	-	-	486	488
	-	-	2.045	1.686

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Medicamentos e material hospitalar	-	-	3.145	3.454
Almoxarifado em geral	-	-	65	124
	-	-	3.210	3.578

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social	-	-	2.841	2.550
PIS e COFINS a recuperar	-	-	1.348	1.260
INSS a recuperar	-	-	4	85
	-	-	4.193	3.895

A companhia possui, valores referentes a créditos tributários, os quais são originários dos impostos retidos na fonte sobre as prestações de serviços realizadas aos seus clientes, onde esses são de natureza de convênios de assistência à saúde, tanto públicos como privados e saldos negativos. A realização ocorrerá por meio de compensação com tributos a recolher.

10. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo não circulante				
Empréstimos de pessoas relacionadas (a)	-	12.714	-	19.162
	-	12.714	-	19.162

Os saldos e as transações com partes relacionadas são a seguir apresentados:

M2 Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

10. Partes relacionadas -- Continuação

(a) Saldos a pagar junto a pessoas físicas decorrente de empréstimos obtidos. A operação não possui remuneração e tem prazo de vencimento indeterminado.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia considera como pessoal-chave da Administração apenas os diretores estatutários, sua remuneração é composta por salários, benefícios e remuneração variável.

Controlador final

O controle final da Companhia pertence à Família Leal (pessoas físicas).

11. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresenta o seguinte saldo de investimento

	Participação societária	Controladora		Consolidada	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Hospital de medicina especializada S/A	100%	88.380	(29.124)	-	-
		88.380	(29.124)	-	-

Movimentação do investimento

	Hospital de medicina especializada S/A
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>(153.444)</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital	72.050
Equivalência patrimonial	59.611
Reversão reservas de lucros	<u>(7.341)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	<u>(29.124)</u>
Integralização de capital	193.943
Adiantamento para futuro aumento de capital	(71.545)
Equivalência patrimonial	<u>(4.894)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u><u>88.380</u></u>

Informações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

As informações financeiras consolidadas resumidas relativas as controladas nas quais a Companhia possui participação são as seguintes:

Empresas	31/12/2023				31/12/2022 (reapresentado)			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Hospital de medicina especializada S/A	173.503	85.122	88.380	(4.894)	177.227	206.350	(29.124)	59.611
	<u>173.503</u>	<u>85.122</u>	<u>88.380</u>	<u>(4.894)</u>	<u>177.227</u>	<u>206.350</u>	<u>(29.124)</u>	<u>59.611</u>

M2 Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

12. Imobilizado

Descrição do Bem	2023		2022		Taxa anual de depreciação
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	
Edificações e Construções	187	(127)	60	6.967	2%
Móveis e utensílios	2.976	(1.716)	1.260	1.036	10%
Máquinas e equipamentos Hospitalares	38.638	(14.774)	23.864	12.467	7%
Adiantamento a fornecedor	1.110	-	1.110	4.715	10%
Equipamentos de Informática	3.482	(1.914)	1.567	1.298	20%
Elevadores	424	(58)	366	340	10%
Construções em Andamento	18.779	-	18.779	493	0%
Importações em andamento	329	-	329	8.105	0%
Veículos	240	(140)	100	113	20%
Instalações	8.118	(90)	8.029	159	10%
Bens em andamento	94	-	94	96	0 a 20%
Total	74.377	(18.819)	55.558	35.789	

Análise de impairment do imobilizado

A Administração avaliou a existência de eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para fins avaliação da recuperabilidade dos ativos não financeiros, não indicando a necessidade de qualquer provisionamento.

14.1. Movimentação patrimonial

Descrição do Bem	2023					2022					Taxa anual de depreciação
	Aquisições	Transferência	Baixa	Dep. Período	Líquido	Aquisições	Transferência	Baixa	Dep. Período	Líquido	
Edificações e Construções	16.936	(23.835)	-	(7)	60	6.899	-	-	(7)	6.967	2%
Móveis e utensílios	-	435	(3)	(208)	1.260	370	-	(4)	(183)	1.036	10%
Máquinas e equipamentos Hospitalares	-	13.584	(2)	(2.186)	23.864	1.211	1.201	(61)	(1.660)	12.467	7%
Adiantamento a fornecedor	2.135	(5.740)	-	-	1.110	4.715	-	-	-	4.715	10%
Equipamentos de Informática	-	676	-	(406)	1.567	739	-	-	(326)	1.298	20%
Elevadores	-	62	-	(37)	366	361	-	-	(21)	340	10%
Construções em Andamento	988	17.298	-	-	18.779	139	-	-	-	493	0%
Importações em andamento	3.027	(10.803)	-	-	329	7.013	-	-	-	8.105	0%
Veículos	15	-	-	(28)	100	36	-	-	(9)	113	20%
Instalações	-	7.947	-	(78)	8.029	107	-	-	(9)	159	10%
Bens em andamento	162	376	(540)	-	94	1.297	(1.201)	-	-	96	0 a 20%
Total	23.263	-	(544)	(2.949)	55.558	22.889	-	(65)	(2.216)	35.789	

M2 Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Materiais e medicamentos	-	-	4.457	4.522
Serviços médicos	-	-	4.091	3.480
Serviços de Exames e Laboratórios	-	-	80	107
Serviços de engenharia e manutenção	-	-	546	564
Serviços gerais	-	-	215	353
Outros	-	-	1.036	769
	-	-	10.424	9.797

14. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa média de encargos %	Vencimento	Consolidado	
			31/12/2023	31/12/2022
Moeda Nacional:				
BNDES - Finame	5,27% a.a + IPCA	abr/24	4.306	4.250
Capital de Giro	8,30% a.a + CDI e 19,42% a.a.	jul/23	-	3.153
			4.306	7.403
Circulante			4.306	7.403

Os empréstimos são garantidos por aval de sócios, cessão fiduciária de direitos creditórias em recebíveis, aplicações financeiras (Nota 5.2). Também existem máquinas e equipamentos como garantia de operações captadas para esse fim.

(i) Movimentação dos empréstimos:

	Consolidado	
	31/12/2023	30/06/2022
Saldo anterior	7.403	8.489
Captações	-	4.214
Juros incorridos	828	1.855
Pagamento de principal	(3.171)	(4.677)
Pagamento de juros	(755)	(2.479)
	4.306	7.403

(ii) Dívida por ano de vencimento:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	4.594
2024	4.306	2.809
	4.306	7.403

15. Obrigações trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários e ordenados	-	-	2.154	1.783
Remuneração variável	-	-	436	-
Provisão trabalhistas e encargos	-	-	3.612	3.521
FGTS	-	-	274	221
INSS	-	-	869	722
	-	-	7.345	6.246

M2 Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

16. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
PIS e COFINS a recolher	-	-	1.908	1.469
ISS a recolher	-	-	1.270	1.010
Tributos retidos na fonte	-	-	312	490
	-	-	3.489	2.969

17. Parcelamentos tributários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Parcelamento de débitos previdenciários	-	-	14.760	118.802
Parcelamento de impostos retidos na fonte	-	-	112	271
Parcelamento de ISS	-	-	164	1.799
Parcelamento de PIS e COFINS	-	-	1.406	2.687
Parcelamento de Simples nacional	-	-	1.681	1.895
Parcelamento IRPJ e CSLL	-	-	10	52
	-	-	18.133	125.506

- a) Adesão de parcelamento do FGTS em janeiro de 2013, originado dos valores do FGTS sobre folha de pagamentos dos anos anteriores a 2013 (incluindo 13º salário). O saldo será liquidado integralmente em 2023. Também está incluindo neste item 45 parcelamentos realizados pela Companhia por meio de adesão a parcelamento ordinário previdenciário simplificado. Os saldos foram divididos em até 180 parcelas, com início a partir de 01/11/2009 e com vencimento final em 29/01/2030.
- b) Refere-se a 18 parcelamentos realizados pela Companhia por meio de adesão retidos na fonte (IRRF, CSRF, INSS) junto a PGFN, em até 84 parcelas, com início a partir de 31/01/2018 e com vencimento final em 30/07/2027.
- c) Representado por 16 parcelamentos realizados pela Companhia junto ao município para regularizar débitos de IPTU. Os valores foram parcelados em 40 parcelas com o início em 01/10/2018 e quitação no exercício de 2022.
- d) Representado por 8 parcelamentos realizados pela Companhia junto ao município para regularizar débitos de ISS. Os valores foram parcelados em até 60 parcelas sendo que o último desses terá vencimento final em 15/08/2025.
- e) Representado por 8 parcelamentos, junto a PGFN, referentes a débitos de PIS e COFINS. Realizados pela Companhia por meio de adesão a parcelamento de PIS e COFINS da unidade junto a PGFN, em até 60 parcelas, com início a partir de 28/12/2017 e com vencimento final em 30/12/2024.
- f) HME - Trata-se de 15 parcelamentos realizados pela Companhia por meio de adesão a parcelamento REFIS do simples nacional de unidades incorporadas pela companhia em 2020, em até 180 parcelas, com início a partir de 01/11/2009 e com vencimento final em 28/07/2030.
- g) HME - Trata-se de 13 parcelamentos realizados pela Companhia por meio de adesão a parcelamento de IRPJ e CSLL junto a PGFN. Os saldos foram divididos em até 60 parcelas, com início a partir de 28/12/2017 e com vencimento final em 28/06/2024.

Cronograma de vencimento dos parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	-	-	36.961
2024	-	-	7.142	38.830
2025	-	-	3.006	31.460
2026	-	-	2.945	3.448
Acima de 2027	-	-	5.039	14.806
	-	-	18.133	125.506

M2 Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

18. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos de clientes	-	-	277	160
Obrigações com GGSH participações S/A (a)	-	-	13.302	13.580
Contrato exclusividade folha de pagamento (b)	-	-	8.417	8.929
Acordo Energisa (c)	-	-	857	1.304
Acordo Hospital das Clínicas (d)	-	-	2.099	2.779
Outras obrigações a pagar	-	-	713	464
	-	-	25.665	27.216
Circulante	-	-	4.106	3.023
Não circulante	-	-	21.559	24.193
	-	-	25.665	27.216

- (a) Em agosto de 2021 o Grupo Santa e o Grupo Gestor em Serviços de Hemoterapia ("GGSH") firmaram contrato com objetivo de regular a prestação dos serviços de Hemoterapia e fornecimento de hemocomponentes a serem utilizados em pacientes atendidos pelo hospital. O saldo foi recebido antecipadamente pela Companhia e será amortizado ao longo da vigência contratual.
- (b) Em fevereiro de 2022 foi firmado convênio junto a uma instituição financeira com objetivo de ceder a exclusividade do processamento da folha de pagamento da Companhia e suas partes relacionadas. O montante de R\$10.000 foi recebido à vista e será amortizado ao longo da vigência contratual de 5 anos.
- (c) Em outubro de 2019 foi firmado junto a Energisa Mato Grosso – Distribuidora de energia S.A. contrato com objetivo de negociar às faturas de fornecimento de energia elétrica vencidas até outubro de 2019. O contrato prevê a liquidação da dívida em 70 parcelas mensais, a partir de novembro de 2019.
- (d) Em outubro 2019 foi firmado acordo judicial junto ao Hospital das Clínicas de Mato Grosso com objetivo de negociar indenização contratual. O contrato prevê liquidação do saldo em 80 parcelas mensais e consecutivas, a partir da assinatura do acordo.

19. Provisão para demandas judiciais

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

A Administração do Grupo adotou os critérios de provisionamentos de provisões trabalhistas e cíveis, por meio de critérios internos administrativos e acompanhamentos jurídicos, mantendo os controles e aprimorando dos critérios de avaliação, nos controles internos, nos critérios de reconhecimento e nas bases de mensuração aplicáveis à constituição das provisões para contingências. Abaixo apresentamos as principais características:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhista	-	-	9.864	13.541
Cíveis	-	-	402	515
	-	-	10.266	14.056

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	30/06/2022	31/12/2023	30/06/2022
Saldo Inicial de contingências trabalhistas	-	-	13.541	16.149
Provisão de contingências trabalhistas	-	-	3.361	8.512
(-) Reversão contingências trabalhistas	-	-	(7.039)	(11.119)
(=) Provisões contingências trabalhistas	-	-	9.863	13.541
Saldo Inicial de contingências cíveis	-	-	515	700
Provisão de contingências cíveis	-	-	16	28
(-) Reversão contingências cíveis	-	-	(129)	(213)
(=) Provisões contingências cíveis	-	-	402	515
Saldo Final	-	-	10.265	14.056

M2 Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

18. Provisão para demandas judiciais -- Continuação

As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

Processos classificados como possíveis de perda e não provisionados contabilmente

De acordo com a posição dos consultores jurídicos da Companhia, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as ações com possibilidade de perda possível estavam assim resumidas:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhista	-	-	4.332	732
Cíveis	-	-	42.718	41.890
Tributário	-	-	20.201	18.319
	-	-	67.251	42.621

- (a) A Companhia possui ações trabalhistas que envolvem discussões sobre pretensões de diferenças salariais.
- (b) As principais discussões de natureza tributária são relativas a questionamentos da Receita Federal do Brasil sobre deduções de glosas em estimativas mensais no recolhimento de IRPJ e CSLL. Além disso, também existem autos de infração lavrados sobre cobranças previdenciárias relativas a contribuição patronal, além de aplicação de multa. O Grupo contesta as alegações em juízo.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 29 de dezembro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 206.662. O aumento mencionado não modifica o número de ações. Assim, em 31 de dezembro de 2022 o capital integralizado e subscrito é de R\$ 326.470, representado por 3.575.092 ações ordinárias.

b) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposição estatutária aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

A companhia apresentou prejuízos ao final do exercício.

M2 Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

21. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas de serviços hospitalares	-	-	171.548	187.790
Recuperação de glosas de convênios	-	-	1.000	3.235
(-) Glosas	-	-	(9.209)	(23.151)
Receita Bruta	-	-	163.339	167.874
(-) Impostos sobre a receita	-	-	(11.108)	(11.789)
(-) Descontos e abatimentos	-	-	(820)	(5)
Receita Líquida	-	-	151.411	156.080

22. Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custos medicamentos e materiais hospitalares	-	-	(26.488)	(24.448)
Custos com serviços médicos	-	-	(30.872)	(30.545)
Custos com pessoal	-	-	(26.677)	(26.933)
Custos com lavanderia	-	-	(2.540)	(2.105)
Custos com alimentação hospitalar	-	-	(3.335)	(3.000)
Custos com exames	-	-	(696)	(13)
Custos com esterilização	-	-	(1.946)	(1.930)
Custos com radiologia/radioterapia	-	-	(1.542)	(1.285)
Custos com serviços de terceiros	-	-	(451)	(667)
Custos com depreciação	-	-	(2.106)	-
Outros custos aplicados	-	-	(1.823)	(2.775)
	-	-	(98.475)	(93.702)

23. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Salários e encargos sociais	-	-	(26.456)	(18.477)
Serviços de manutenção e conservação	-	-	(4.691)	(4.704)
Serviços de terceiros	-	-	(7.017)	(13.431)
Depreciação amortização	-	-	(853)	(2.216)
Despesas tributárias	(1)	-	(681)	(1.469)
Materiais de uso consumo	-	-	(1.080)	(1.049)
Locação de máquinas e equipamentos	-	-	(1.771)	(1.502)
Energia elétrica	-	-	(2.725)	(2.684)
Demais despesas	-	(1)	(4.194)	(3.536)
	(1)	(1)	(49.468)	(49.067)

24. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Aluguéis	-	-	1.403	745
Receita na apropriação do contrato da folha de pagamento	-	-	1.545	1.071
Venda de bens do ativo imobilizado	-	-	11	764
Outras receitas operacionais	-	-	321	279
Provisão para demandas judiciais	-	-	3.790	2.793
Provisão de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(12.571)	15.068
Perdas efetivas de convênios e clientes	-	-	(70)	(10.200)
Perdas de capital imobilizado	-	-	15	26
Multas e infrações	-	-	(106)	(609)
Outras despesas operacionais	-	-	(656)	(2.168)
	-	-	(6.319)	7.770

M2 Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

25. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Descontos obtidos	-	-	25	121
Rendimentos de aplicações financeiras	-	-	51	33
Juros ativos	-	-	540	307
Variação cambial ativa	-	-	-	139
Receitas Financeiras	-	-	616	600
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(828)	(1.855)
Despesas taxas e impostos sobre transações financeiras	(2)	(1)	(512)	(933)
Juros sobre acordos judiciais	-	-	(130)	(308)
Juros sobre parcelamentos tributários	-	-	(3.669)	(14.278)
Outras despesas financeiras	-	-	(21)	(12)
Despesas Financeiras	(2)	(1)	(5.160)	(17.387)
Total resultado financeiro	(2)	(1)	(4.544)	(16.787)

26. Imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	-	-	(7.356)	6.334
Alíquota nominal combinada dos tributos - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(2.501)	2.154
Ajuste para cálculo da alíquota efetiva:				
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	2.216	55.314
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(1.246)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	3.461	55.314

(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo Inicial	-	-	6.710	6.710
Provisão IRPJ e CSLL	-	-	1.246	-
Compensação de IRPJ e CSLL	-	-	(2.023)	-
Saldo Final	-	-	5.933	6.710

(c) Tributos diferidos

Ativos de tributos diferidos	Consolidada 2023				
	Saldo inicial	Constituição	Realização	Compensação	Saldo final
Provisão de glosas	791	349	(70)	-	1.069
Provisão de ISS	209	136	(22)	-	323
Provisão para remuneração variável	-	148	-	-	148
Provisão para tributos sobre prejuízo fiscal	54.491	-	-	(51.402)	3.088
Provisão para tributos sobre receita de produção	62	-	-	-	62
Provisão para devedores duvidosos	668	4.320	(211)	-	4.777
Provisão para demandas judiciais - ativo	4.779	220	(1.508)	-	3.490
Provisão para honorários médicos	693	1.759	(1.514)	-	938
Total dos ativos de tributos diferidos	61.692	6.931	(3.325)	(51.402)	13.896
Passivos de tributos diferidos					
Diferidos sobre nova avaliação de vida útil	(124)	(145)	-	-	(269)
Total dos passivos de tributos diferidos	(124)	(145)	-	-	(269)
Total de tributos diferidos (líquido)	61.568	6.786	(3.325)	(51.402)	13.627

M2 Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

26. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

(c) Tributos diferidos--Continuação

Ativos de tributos diferidos	Consolidada 2022				Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Realização	Compensação	
Provisão de glosas	791	-	-	-	791
Provisão de ISS	209	-	-	-	209
Provisão para tributos sobre prejuízo fiscal	4.375	50.116	-	-	54.491
Provisão para tributos sobre receita de produção	-	62	-	-	62
Provisão para devedores duvidosos	-	7.546	(6.878)	-	668
Provisão para demandas judiciais - ativo	880	5.757	(1.857)	-	4.779
Provisão para honorários médicos	-	693	-	-	693
Total dos ativos de tributos diferidos	6.254	64.173	(8.735)	-	61.692
Passivos de tributos diferidos					
Diferidos sobre nova avaliação de vida útil	-	(124)	-	-	(124)
Total dos passivos de tributos diferidos	-	(124)	-	-	(124)
Total de tributos diferidos (líquido)	6.254	64.049	(8.735)	-	61.568

Em função da publicação da Lei 14.375/22, a Administração optou por fazer a compensação do estoque do crédito tributário relativo aos prejuízos acumulados (ativos fiscais diferidos) com impostos que estão com exigibilidades suspensas por parcelamentos. Em janeiro de 2023, a controlada direta Hospital Medicina Especializada, obteve deferimento do pedido de liquidação de parcelamentos tributários junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional por meio de utilização de créditos de prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$49.300. O saldo remanescente terá a compensação limitada a 30% do lucro tributável gerado em cada exercício fiscal e não possui data de vencimento. A expectativa da Companhia é que os créditos fiscais diferidos sobre os saldos de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social tenham as seguintes realizações:

	2023	2024	2025	2026	2027	Total
Controladora	-	-	-	-	-	-
Consolidado	3.088	-	-	-	-	3.088

27. Seguros

A Companhia adota uma política de seguros que consideram, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2022, é assim demonstrada:

Cobertura	LICC* (R\$)	Participação obrigatória do segurado (POS)
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	60.000	Queda e raio - 10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Danos elétricos	200	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.500,00
Vendaval até fumaça bens ao ar livre? não	300	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.500,00
Equipamentos estacionários	1200	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.500,00

Nº proposta: 15.665.995 - Nº Apólice/endorso: 1.180.088.970/ 0

M2 Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

28. Eventos subsequentes

Parceria Oncoclínicas

Em 05 de maio de 2023, o Grupo Santa assinou documentos definitivos para o Acordo de Parceria com o Grupo Oncoclínicas ("Parceria" e "Oncoclínicas") para a operação conjunta das atividades de oncologia de ambas as companhias no Distrito Federal. A Parceria entre Grupo Santa e Oncoclínicas compreende um acordo operacional e comercial de longo prazo (60 anos), não societário, para a operação conjunta das atividades de prevenção, diagnóstico e tratamento oncológico ambulatoriais e hospitalares das duas companhias. Pela referida Parceria, Oncoclínicas e Grupo Santa dividirão os resultados econômicos combinados e futuros em oncologia, de acordo com uma proporção baseada na contribuição de cada parte para a Parceria, a ser apurada quando do fechamento da transação.

Como resultado dessa transação, ambas as companhias passarão a operar a oncologia de forma conjunta no Distrito Federal, com uma rede composta de centros de diagnóstico, clínicas e câncer centers, abrangendo toda a linha de cuidado para o paciente oncológico e contando com uma infraestrutura combinada de 2 centros de imagem, 26 unidades ambulatoriais e 4 hospitais de alta complexidade. Cada uma das companhias contribui, portanto, com suas respectivas operações e competências, não havendo qualquer pagamento ou desembolso de caixa no contexto da Parceria. Portanto, se tratando de uma parceria sem alteração societária, o grupo Oncoclínicas e o grupo Santa permanecem com sua estrutura patrimonial inalteradas.

O Grupo Santa passa a ter acesso aos aproximadamente 10.000 pacientes que a Oncoclínicas atendeu em 2022 em suas clínicas oncológicas no Distrito Federal, os quais passarão a contar com uma experiência ainda mais completa e unificada de atendimento, em qualquer etapa do tratamento, proporcionando mais agilidade, conforto para o paciente e custo/efetividade para os planos e operadoras de saúde.

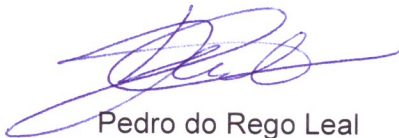
O fechamento da transação depende do cumprimento de condições usuais para operações desta natureza, incluindo a obtenção de autorização pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica/CADE.

Alienação do capital social

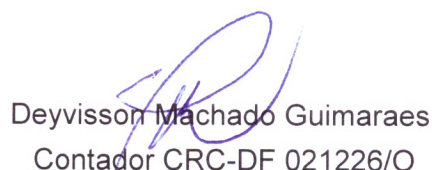
A Atlântica Hospitais e Participações empresa controlada da Bradesco Participações e parte do Grupo Bradesco Seguros, anunciou junto ao Grupo Santa, em 1º de setembro de 2023, a aquisição de 20% do capital social do Grupo pela Atlântica Hospitais e Participações.

A conclusão da transação está sujeita ao cumprimento de certas condições suspensivas usuais em operações desta natureza, incluindo as devidas aprovações regulatórias.

Cuiabá, Mato Grosso, 29 de março de 2024



Pedro do Rego Leal
Diretor Corporativo



Deyvisson Machado Guimaraes
Contador CRC-DF 021226/O

* * *